

# Manobra de Ulysses abre entendimento

GAZETA MERCANTIL

28 JUL 1988

AUC

pl

“O povo nos mandou aqui para fazê-la (a nova Constituição), não para ter medo”, disse ao microfone, irritado, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Constituinte. Com essa frase, deflagrou na tarde de ontem uma votação que resultou na mais expressiva derrota política amargada pelo governo José Sarney desde a sua posse, há três anos e 132 dias.

Menos de 24 horas depois de o presidente Sarney ter convocado cadeia nacional de rádio e televisão para anunciar a virtual “ingovernabilidade” do País, indicando um possível confronto dos poderes Executivo e Legislativo se mantido o texto constitucional aprovado no primeiro turno de votações, o placar eletrônico do plenário da Constituinte exibiu uma resposta dos parlamentares, sob o comando de Ulysses: dos 471 presentes, 403 votaram “sim”, aprovando a íntegra do texto, 13 ficaram contra e 55 se abstiveram.

Com um discurso “de candidato”, segundo inú-

meros parlamentares, Ulysses abriu caminho para o entendimento — um acordo inicial, entre PMDB e o PFL, prevê revisão de 21 pontos do texto constitucional.

Hoje, às 13h30, começa efetivamente o segundo turno de votações — a etapa revisionista, na qual são admitidas apenas supressões de palavras, frases ou artigos. O projeto tem no total 321 artigos, sobre os quais 485 dos 559 constituintes (87%) apresentaram 3.544 emendas e pedidos de destaque.

“O projeto é longo, abriga imperfeições e vamos corrigi-las”, resumiu Ulysses. No ar, a bordo do avião presidencial que o trouxe de Tefé, no interior do Amazonas, para Brasília, depois de inaugurar um campo de petróleo, o presidente Sarney disse ao repórter Edson Beu não acreditar que suas críticas à Constituinte levem o País a um impasse institucional.

“Fui informado que o projeto foi aprovado com a negociação de 21 pontos”, afirmou. E acrescentou: “Fiz o que devia fazer. Não sou contra avanços sociais. Só acho que temos de abandonar essa visão paternalista do Estado”.

A confiança na negociação é a alternativa política que resta ao governo dentro do jogo parlamentar, depois da manobra de ontem do presidente da Constituinte. O governo tentou, antes, bloquear a votação, através de seus líderes, depois orientou o chefe da bancada do PFL e do grupo conservador chamado “Centrao”, deputado José Lourenço, para tentar obter um grande índice de

abstenção, com o que ampliaria sua margem de manobra para revisão ampla e geral do projeto.

Ulysses, porém, “foi de uma habilidade impressionante”, conforme a avaliação do senador Jarbas Passarinho, presidente do PDS, à editora Mariângela Hamu. Lourenço fez o apelo a seus liderados, como desejava o governo, mas ele mesmo acabou votando a favor do projeto.

A argumentação de Ulysses, em defesa da Constituinte, foi feita “com brilhantismo e garra”, segundo um dos principais aliados do governo no plenário, deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP).

“A Constituição, com as correções que faremos, será a guardiã da governabilidade”, disse Ulysses no seu discurso ao abrir a sessão. “A governabilidade está no social; a fome, a miséria, a ignorância, a doença inassistida são ingovernáveis. A injustiça social é a negação do governo e a condenação do governo (...) Esta Constituição não ficará como bela estátua inacabada, mutilada ou profanada.”

Observou que, depois de dezoito meses de trabalho, entendia haver mais motivos para orgulho do que para “nos arrependermos”. Citou inovações como o direito que os cidadãos passaram a ter de propor e vetar leis e, também, a reforma tributária — uma “alforria” decretada com a transferência de 47% dos recursos da União para estados e municípios, até 1992, conforme estabelece o texto já aprovado.